



Prefeitura Municipal de Várzea Alegre – CE
Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Trabalho

PROCESSO ADMINISTRATIVO (CONTRATAÇÃO DIRETA)

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, SEGURANÇA ALIMENTAR E TRABALHO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 2026.04.01.1 – F.M.A.S.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 324, de 27 de março de 2023 e demais legislações aplicáveis.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de catalogação, organização, higienização, digitalização de arquivos físicos ainda não digitalizados, descarte seguro com incineração de documentos conforme legislação vigente, inserção dos arquivos digitalizados em sistema de gerenciamento (GED), do acervo documental da Secretaria de Assistência Social, Segurança Alimentar e Trabalhos do Município de Várzea Alegre/CE.

VALOR GLOBAL ESTIMADO: 58.950,00 (cinquenta e oito mil novecentos e cinquenta reais)

VÁRZEA ALEGRE – CEARÁ



Prefeitura Municipal de Várzea Alegre – CE
Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Trabalho

A U T U A Ç Ã O

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 2026.04.01.1 – FMAS.

ORIGEM: ASSISTÊNCIA SOCIAL, SEGURANÇA ALIMENTAR E TRABALHOS.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de catalogação, organização, higienização, digitalização de arquivos físicos ainda não digitalizados, descarte seguro com incineração de documentos conforme legislação vigente, inserção dos arquivos digitalizados em sistema de gerenciamento (GED), do acervo documental da Secretaria de Assistência Social, Segurança Alimentar e Trabalhos do Município de Várzea Alegre/CE.

A U T U A Ç Ã O

Hoje, nesta cidade, na sala da Comissão Permanente de Licitação, autuo o Procedimento de Dispensa de Licitação que adiante se vê, do que para constar, lavrei este termo. Eu, _____, Maria Fernanda Bezerra, Agente de Contratação, o subscrevo.

Várzea Alegre/CE, 01 de abril de 2026.

Maria Fernanda Bezerra
Agente de Contratação
Portaria nº 019/2025.



Prefeitura Municipal de Várzea Alegre – CE
Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Trabalho

PORTARIA
AGENTE DE CONTRATAÇÃO
(Art. 8º da Lei Federal Nº 14.133/21)



Prefeitura Municipal de Várzea Alegre – CE
Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Trabalho

SOLICITAÇÃO

ASSISTÊNCIA SOCIAL, SEGURANÇA ALIMENTAR E TRABALHOS

Várzea Alegre/CE, 26 de março de 2026.

Ao(À) Senhor(a)
Maria Fernanda Bezerra
Agente de Contratação

Vimos pela presente, solicitar o desencadeamento nos termos do inciso II do Art. 75, da Lei Federal nº 14.133/2021, caso haja concordância da Procuradoria Jurídica do Município quanto aos aspectos legais, para o processo de Dispensa de Licitação que objetiva a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de catalogação, organização, higienização, digitalização de arquivos físicos ainda não digitalizados, descarte seguro com incineração de documentos conforme legislação vigente, inserção dos arquivos digitalizados em sistema de gerenciamento (GED), do acervo documental da Secretaria de Assistência Social, Segurança Alimentar e Trabalhos do Município de Várzea Alegre/CE, conforme Termo de Referência em anexo.

NECESSIDADE/JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A contratação direta, por dispensa de licitação, de empresa especializada para prestação dos serviços de catalogação, organização, higienização, digitalização de arquivos físicos ainda não digitalizados, descarte seguro com incineração de documentos conforme legislação vigente, inserção dos arquivos digitalizados em sistema de gerenciamento (GED), do acervo documental da Secretaria de Assistência Social, Segurança Alimentar e Trabalhos do Município de Várzea Alegre/CE, justifica-se pela necessidade premente de modernização, preservação e segurança do acervo documental desta entidade. o acervo físico, essencial à gestão administrativa e legislativa, encontra-se em grande parte desorganizado e suscetível a perdas, deterioração e extravios, comprometendo a eficiência, transparência e cumprimento das obrigações legais, inclusive no que tange à proteção de dados pessoais conforme a lei nº 13.709/2018 (LGPD).



Prefeitura Municipal de Várzea Alegre – CE
Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Trabalho

Importante destacar que diversos documentos estão danificados pela ação do tempo e pela infestação de pragas, o que agrava o risco de contaminação e proliferação para outros arquivos, tornando imperativa a realização do descarte seguro mediante incineração, medida indispensável para impedir a extensão dos danos ao restante do acervo. a execução dos serviços requer conhecimento técnico especializado e equipamentos apropriados para garantir a correta classificação, higienização, digitalização com qualidade certificada, alimentação de sistema GED para gestão e preservação digital, além do descarte seguro e ambientalmente correto dos documentos físicos obsoletos.

A divisão do objeto em etapas específicas — levantamento técnico, organização e higienização, digitalização e indexação e descarte seguro — possibilita a fiscalização rigorosa, garantindo qualidade e eficiência na execução dos serviços.

A contratação atende aos princípios da eficiência e economicidade, possibilitando a implementação da solução que promoverá a preservação, organização e segurança dos documentos da Secretaria, além de assegurar a continuidade dos serviços públicos.

Ressalta-se que a Secretaria não dispõe de equipamentos específicos nem de profissionais aptos em seu quadro funcional para a execução desses serviços de forma adequada, o que torna imprescindível a contratação de empresa especializada, devidamente capacitada e equipada, para atender às demandas com eficiência, qualidade e dentro das normas técnicas vigentes.

Tal contratação é indispensável para assegurar a integridade do acervo documental, o atendimento às exigências legais e a melhoria da gestão pública local, demonstrando plena conformidade com a legislação vigente e os princípios que regem a administração pública.

Dessa forma, a contratação pretendida mostra-se necessária, oportuna e vantajosa para a Administração Pública, assegurando a adequada conservação do acervo documentação e o melhor aproveitamento dos recursos públicos, em consonância com os princípios da legalidade, eficiência, economicidade e interesse público.

Todavia, encaminhamos também levantamento de custos (pesquisas de mercado), através de contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior, obtidas através de buscas realizadas em sistema próprio, pelo setor de compras deste município, bem como o Termo de Referência/Projeto Básico para abertura de processo administrativo e sua publicação.



Prefeitura Municipal de Várzea Alegre – CE
Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Trabalho

Ademais, a referida contratação será precedida de divulgação do aviso da dispensa de licitação em sítio eletrônico oficial/Portal Nacional das Contratações Públicas – PNCP, bem como no sítio oficial do Município, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, inclusive das empresas que já apresentaram orçamentos, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa, nos termos do art. 75, § 3º, da Lei n. 14.133/2021.

No azo renovamos nossos votos de estima e amizade.

Atenciosamente,

Syene Cavalcante Siebra Leite Aquino
Ordenadora de Despesas
Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Trabalho



Prefeitura Municipal de Várzea Alegre – CE
Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Trabalho

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA



Prefeitura Municipal de Várzea Alegre – CE
Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Trabalho

**Junto aos autos Mapa de Preços e Pesquisas de
Preços enviadas a este Setor de Licitação**

Várzea Alegre, em 26 de março de 2026.

Maria Fernanda Bezerra
Agente de Contratação



Prefeitura Municipal de Várzea Alegre – CE
Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Trabalho

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 2026.04.01.1 – FMAS.

PROCESSO DESTINADO À PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE DISPOSTOS NO ART. Nº 48, INCISO I DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 147/2014, APLICADO, NA OPORTUNIDADE, EM CONFORMIDADE COM O ART. 4º, DA LEI 14.133/21.

Torna-se público que o Município de Várzea Alegre, através da Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Trabalhos, realizará Dispensa de Licitação em razão do VALOR, com critério de julgamento (**MENOR PREÇO GLOBAL**), na hipótese do artigo 75, inciso II da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislações aplicáveis.

DA FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E ESCLARECIMENTOS

E-mail: licitacao@varzeaalegre.ce.gov.br.

1 - DO OBJETO

1.1 - O objeto do presente procedimento administrativo é a escolha da proposta mais vantajosa visando a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de catalogação, organização, higienização, digitalização de arquivos físicos ainda não digitalizados, descarte seguro com incineração de documentos conforme legislação vigente, inserção dos arquivos digitalizados em sistema de gerenciamento (GED), do acervo documental da Secretaria de Assistência Social, Segurança Alimentar e Trabalhos do Município de Várzea Alegre/CE, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Dispensa de Licitação e seus anexos.

2 - DA PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA

2.1 - Poderão participar desta Dispensa de Licitação interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta contratação, regularmente estabelecidos no País, que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste Aviso de Dispensa de Licitação e seus Anexos.

2.2 - Será concedido tratamento favorecido para as pessoas jurídicas, enquadradas como microempresas e empresas de pequeno porte, nos limites previstos na Lei Complementar nº 123/2006.

2.3 - Não poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores:

2.3.1 - Que não atendam às condições deste Aviso de Dispensa de Licitação e seus anexos;

2.3.2 - Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.3.3 - Que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na



Prefeitura Municipal de Várzea Alegre – CE
Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Trabalho

fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2.3.3.1 - Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.3.3.2 - Aplica-se o disposto na alínea “c” também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.3.4 - Organizações de Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão n.º 746/2014-TCU-Plenário); e

2.4 - Poderão participar exclusivamente microempresas e empresas de pequeno porte regularmente estabelecidas no País, que atuem no ramo pertinente ao objeto licitado e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas no Termo de Referência em anexo.’

2.4.1 - Os critérios estabelecidos no item 2.4 atendem ao tratamento diferenciado e simplificado destinado às microempresas e empresas de pequeno porte dispostos no Art. nº 48, inciso I da Lei Complementar nº 123/2006, com a redação dada pela Lei Complementar nº 147/2014, aplicado, na oportunidade, em conformidade com o Art. 4º, da Lei 14.133/21.

3 - DO INGRESSO NA DISPENSA E ENVIO DA PROPOSTA

3.1 - O fornecedor interessado em participar deste procedimento deverá apresentar a sua proposta de preços, na forma deste item.

3.2 - O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Dispensa de Licitação, encaminhará, através do e-mail licitacao@varzeaalegre.ce.gov.br, ou ainda de forma presencial ou via postal, a proposta de preços, com a descrição do objeto e o preço, devidamente acompanhada do cronograma físico-financeiro constante no item 8.1.2 do Anexo I – Termo de Referência, deste Aviso, até a data e o horário estabelecidos para recebimento.

3.2.1 - O endereço para recebimento de forma presencial ou via postal é na sala do Setor de Licitações, localizada na sede da Prefeitura Municipal de Várzea Alegre/CE, com endereço na Rua Dep. Luiz Otacílio Correia, nº 153 - Centro, Várzea Alegre/CE, CEP: 63.540-000, no horário das 08:00hrs às 14:00hrs em dias úteis até o dia 09 de abril de 2026 ou enviadas através do e-mail licitacao@varzeaalegre.ce.gov.br, até o dia 09 de Abril de 2026 às 23h 59min e 59s, o processo estará encerrado para o recebimento de novos orçamentos, de maneira que a Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Trabalhos garanta o andamento do processo de contratação.

3.3 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

3.4 - Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços ou na entrega do produto.

3.4.1 - Os preços ofertados, tanto na proposta serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.5 - A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência e este Aviso de Dispensa de Licitação, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços/fornecer os produtos nos seus termos, bem como de fornecer



Prefeitura Municipal de Várzea Alegre – CE
Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Trabalho

os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4 - DO RECEBIMENTOS DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

4.1 - A Agente de Contratação e sua equipe de apoio, iniciará os trabalhos, recepcionando as Propostas de Preços.

4.2 - O envelope contendo a Proposta de Preços, enviado de forma presencial ou via postal, deverá conter na parte externa os seguintes dizeres:

Ao Município de Várzea Alegre, através da Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Trabalho.

Dispensa de Licitação nº 2026.04.01.1 – FMAS.

Proposta de Preços

Razão Social do Proponente

CNPJ do Proponente

E-mail do Proponente

4.3 - O encerramento do recebimento das propostas de preços ocorrerá de forma automática ao final da data indicada, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

5 - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

5.1 - O critério de julgamento adotado será o de **Menor Preço Global**, observadas as exigências contidas neste Aviso de Dispensa de Licitação e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

5.2 - Encerrada a fase de recebimento das propostas, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

5.3 - No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

5.3.1 - Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

5.3.2 - A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

5.4 - O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.5 - Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.5.1 - Contiver vícios insanáveis;

5.5.2 - Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Aviso de Dispensa de Licitação ou em seus anexos;

5.5.3 - Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

5.5.4 - Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.5.5 - Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Dispensa de Licitação ou seus anexos, desde que insanável.

5.6 - Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

5.7 - Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pela Administração, desde que não haja majoração do preço.



Prefeitura Municipal de Várzea Alegre – CE
Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Trabalho

5.7.1 - O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

5.8 - Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.9 - Se a proposta for desclassificada, será examinada a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

5.10 - Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Dispensa de Licitação.

6 - DA HABILITAÇÃO

6.1 - Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação serão solicitados do fornecedor mais bem classificado, conforme a seguir:

6.1.1 - Habilitação Jurídica

a) - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e seus aditivos, devidamente registrado na Junta Comercial da sede do Licitante, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhada de documentos de eleição de seus administradores;

b) - Registro comercial e seus aditivos, no caso de empresa individual, devidamente registrado na Junta Comercial da sede do Licitante;

c) - Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhadas de prova de diretoria em exercício;

d) - Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

e) - Cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

6.1.2 - Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ ou a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);

b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Prova de regularidade perante a Fazenda Federal;

d) Prova de regularidade perante a Fazenda Estadual;

e) Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal;

f) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

g) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

h) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho.

6.1.3 - Qualificação Econômico-Financeira

a) Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

6.1.4 - Qualificação Técnica

a) Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, sendo está feita mediante a apresentação de atestado(s), fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado;

a.1) Em sede de diligência, poderão ser requisitados documentos complementares, no sentido de comprovar o que está sendo afirmado no teor do atestado de qualificação técnica apresentado.



Prefeitura Municipal de Várzea Alegre – CE
Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Trabalho

6.1.5 – Declarações

- a) Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;
- b) Declaração emitida pela licitante de que não possui em seu quadro de pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII, do Art. 7º da Constituição Federal;
- c) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- d) Declaração de que atendem aos requisitos de habilitação, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

6.1.6 - Caso a empresa participante integre grupo econômico, os documentos de habilitação deverão ser apresentados em seu próprio nome. Não será aceita documentação referente à outra empresa, ainda que integrante do mesmo grupo econômico.

6.1.7 - Os Documentos que não tiverem prazo de validade declarado no próprio documento, da mesma forma que não conste previsão em legislação específica, os referidos deverão ter sido emitidos há, no máximo, 90 (noventa) dias, contados até a data da realização da contratação ou, se emitidos por prazo indeterminado, conforme legislação do órgão expedidor.

6.1.7.1 - Ficam excluídos da validade de 90 (noventa) dias os atestados técnicos e comprovações de inscrições.

6.2 - Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta ao seguinte cadastro:

a) Consulta Consolidada da Pessoa Jurídica, emitido via internet no sítio do <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>.

6.2.1 - Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por não atendimento à condição de participação.

6.3 - Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Dispensa de Licitação e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

6.4 - É facultada à Administração em qualquer fase deste procedimento, caso considere necessário, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução processual.

6.5 - Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Dispensa de Licitação.

6.5.1 - Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

6.6 - Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

7 - DA CONTRATAÇÃO

7.1 - Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

7.2 - O adjudicatário terá o prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta



Prefeitura Municipal de Várzea Alegre – CE
Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Trabalho

Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Dispensa de Licitação.

7.2.1 - Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo, mediante correspondência por meio eletrônico (e-mail), para que seja assinado e devolvido no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

7.2.1.1 - O prazo de recebimento será inicializado com base na data de envio do e-mail pela Administração.

7.2.2 - O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

7.3 - O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicatária, implica no reconhecimento de que:

7.3.1 - A referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021.

7.3.2 - A contratada se vincula a sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Dispensa de Licitação e seus anexos.

7.3.3 - A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

7.4 - O futuro Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

8 - DAS SANÇÕES

8.1 - Serão consideradas infrações administrativas, quaisquer daquelas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, garantida a prévia e ampla defesa.

8.2 - O fornecedor que cometer quaisquer das infrações discriminadas no art. 155 mencionado no item anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência, pela infração do inciso I do citado artigo 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) lote(s)/item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer infração dos incisos I ao XI do referido art. 155;

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos incisos II ao VII do citado artigo 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos incisos VIII ao XI do referido artigo 155, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave.

8.3 - Na aplicação das sanções serão considerados:

8.3.1 - A natureza e a gravidade da infração cometida;

8.3.2 - As peculiaridades do caso concreto;

8.3.3 - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.3.4 - Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

8.3.5 - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.4 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao FORNECEDOR, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, quando houver, ou será cobrada judicialmente.



Prefeitura Municipal de Várzea Alegre – CE
Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Trabalho

8.5 - A aplicação das sanções previstas neste documento, não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

8.6 - A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

9 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 - O procedimento será divulgado no Site Oficial do Município de Várzea Alegre (licitacao@varzeaalegre.ce.gov.br) através da Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Trabalhos e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP (www.gov.br/pncp/pt-br).

9.2 - No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a administração poderá:

9.2.1 - Republicar o presente Aviso de Dispensa de Licitação com uma nova data;

9.2.2 - Valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

9.2.2.1 - No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

9.2.3 - Fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

9.3 - As providências dos subitens 9.2.1 e 9.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

9.4 - Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste neste Aviso de Dispensa de Licitação, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

9.5 - No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.6 - As normas disciplinadoras deste Aviso de Dispensa de Licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

9.7 - Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

9.8 - Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Dispensa de Licitação e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

9.9 - Da(s) sessão(ões) pública(s) será(ão) divulgada(s) a(s) Ata(s).

9.10 - Os casos omissos serão resolvidos pela Administração Municipal, nos termos da legislação pertinente.

9.11 - O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Aviso de Dispensa de Licitação será o da Comarca de Várzea Alegre/CE.

10 - DOS ANEXOS

10.1 - Integram este Aviso de Dispensa de Licitação, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência

ANEXO II - Modelo da Proposta de Preços

ANEXO III - Modelo de Declarações



Prefeitura Municipal de Várzea Alegre – CE
Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Trabalho

ANEXO IV - Minuta do Contrato.

Várzea Alegre/CE, 01 de abril de 2026.

Syene Cavalcante Siebra Leite Aquino
Ordenadora de Despesas
Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Trabalho



Prefeitura Municipal de Várzea Alegre – CE
Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Trabalho

TERMO DE REFERÊNCIA

1 - DO OBJETO E DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de catalogação, organização, higienização, digitalização de arquivos físicos ainda não digitalizados, descarte seguro com incineração de documentos conforme legislação vigente, inserção dos arquivos digitalizados em sistema de gerenciamento (GED), do acervo documental da Secretaria de Assistência Social, Segurança Alimentar e Trabalhos do Município de Várzea Alegre/CE, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, segundo as descrições do quadro abaixo:

Lote Único

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND	V. UNITÁRIO
1	Levantamento Técnico e Diagnóstico Arquivístico Inicial	1.0	Unidade	7.000,00
	Levantamento técnico e diagnóstico arquivístico inicial - Apresentação de relatório técnico de diagnóstico contendo: - Tipologia documental; - Volume estimado (em metros lineares), ou outra unidade que melhor se encaixe a situação in loco; - Se haverá necessidade de aquisição de prateleiras ou outras mobílias. - Grau de conservação e higienização;			7.000,00
2	Organização, Higienização e Digitalização dos Documentos Físicos	1.0	Unidade	20.000,00
	Organização, higienização e digitalização dos documentos físicos - classificação conforme a tabela de temporalidade documental vigente; separação por tipologia e grau de acesso; identificação de documentos com códigos únicos por unidade documental; acondicionamento em caixas padronizadas e numeradas. - Higienização mecânica: limpeza sem produtos químicos: métodos não abrasivos; separação de documentos danificados, com elaboração de relatório. - Digitalização: preferencialmente em formato PDF/A ou TIFF; digitalização em frente e verso, quando aplicável (modo duplex); geração de imagens legíveis, com verificação de qualidade (OCR Opcional); certificação digital padrão ICP-Brasil, se aplicável (Lei nº 12.682/2012 e decreto nº 10.278/2020); indexação por tipo documental, data, partes envolvidas e número de processo; registro de Hash e Logs de digitalização para controle de integridade (se viável)			20.000,00
3	Descarte Seguro e Incineração de Documentos com Baixa de Guarda	1.0	Serviço	6.950,00
	Descarte seguro e incineração de documentos com baixa de guarda - lista de eliminação documental conforme tabela de temporalidade; incineração realizada por empresa licenciada ambientalmente (apresentar licença vigente); emissão de certificado de destruição com laudo fotográfico; assinatura do termo de eliminação documental por servidor responsável e empresa, conforme disposições da resolução CONARQ nº 40/2014; Resolução CONAMA nº 316/2002 (Incineração); Lei nº 12.305/2010 (PNRS).			6.950,00
4	Inserção de Arquivos em Sistema GED e Treinamento de pessoal	1.0	Serviço	4.000,00
	Inserção de arquivos em sistema GED e treinamento de pessoal. - inclusão, organização e armazenamento de documentos digitais em sistema de Gerenciamento Eletrônico de Documentos (GED), de forma estruturada e padronizada, contemplando a indexação por metadados, classificação documental, aplicação de critérios de segurança, controle de acesso, versionamento e rastreabilidade, assegurando a integridade, autenticidade, disponibilidade e recuperação eficiente das informações, em conformidade com a legislação vigente e as normas arquivísticas aplicáveis e capacitação técnica dos servidores e colaboradores designados pela administração, visando à correta utilização do sistema GED e dos procedimentos operacionais relacionados à gestão documental digital, abrangendo a navegação no sistema, inserção, consulta, atualização, preservação, segurança da informação e boas práticas arquivísticas, de modo a garantir autonomia operacional, eficiência no uso da ferramenta e continuidade dos serviços após a implantação;			4.000,00
5	Suporte Operacional e Acompanhamento Técnico do Acervo Digitalizado	6.0	Serviço	3.500,00



Prefeitura Municipal de Várzea Alegre – CE
Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Trabalho

Suporte operacional e acompanhamento técnico do acervo digitalizado - apoio técnico remoto aos usuários do sistema GED; verificação e correção de eventuais inconsistências nos documentos digitalizados; ajustes em classificações, metadados e indexações de documentos; suporte na organização lógica de documentos digitalizados no ambiente virtual; atualizações estruturais não invasivas no sistema GED; geração de relatório técnico mensal, com registro das atividades executadas, em formato digital; recomendações técnicas para manutenção da integridade e acessibilidade do acervo digital; atendimento de eventuais chamados de suporte relacionados ao GED ou ao acervo digitalizado	21.000,00
VALOR GLOBAL	58.950,00

1.1.1 – Descrição Detalhada dos Serviços:

1.1.1.1 - A contratação compreende a prestação de serviços de catalogação, organização, higienização, digitalização de arquivos físicos ainda não digitalizados, descarte seguro com incineração de documentos conforme legislação vigente, inserção dos arquivos digitalizados em sistema de gerenciamento (GED), do acervo documental da Secretaria de Assistência Social, Segurança Alimentar e Trabalhos do Município de Várzea Alegre/CE, **devendo os serviços serem prestados exclusivamente na forma presencial na sede da secretaria contratante ou em local devidamente indicado pela contratante, incluindo mão de obra e equipamentos necessários a boa execução dos trabalhos:**

1) Levantamento Técnico e Diagnóstico Arquivístico Inicial

- Tipologia documental;
- Volume estimado (em metros lineares), ou outra unidade que melhor se encaixe a situação in loco;
- Se haverá necessidade de aquisição de prateleiras ou outras mobílias;
- Grau de conservação e higienização.
- Indicação da delimitação de período documental a ser adotado, sem prejuízo da inclusão de documentos que possuam valor histórico ou relevância institucional.

2) Organização, Higienização e Digitalização dos Documentos Físicos

- Classificação conforme a Tabela de Temporalidade Documental vigente;
- Separação por tipologia e grau de acesso;
- Identificação de documentos com códigos únicos por unidade documental;
- Acondicionamento em caixas padronizadas e numeradas;
- Higienização Mecânica: Limpeza sem produtos químicos: métodos não abrasivos;
- Separação de documentos danificados, com elaboração de relatório;
- Digitalização: Preferencialmente em formato PDF/A ou TIFF;
- Digitalização em frente e verso, quando aplicável (modo duplex);
- Geração de imagens legíveis, com verificação de qualidade (OCR opcional);
- Certificação digital padrão ICP-Brasil, se aplicável (Lei nº 12.682/2012 e Decreto nº 10.278/2020);
- Indexação por tipo documental, data, partes envolvidas e número de processo;
- Registro de hash e logs de digitalização para controle de integridade (se viável).

3) Descarte Seguro e Incineração de Documentos com Baixa de Guarda

- Lista de eliminação documental conforme tabela de temporalidade;
- Incineração realizada por empresa licenciada ambientalmente (apresentar licença vigente para a execução);
- Emissão de certificado de destruição com laudo fotográfico;
- Assinatura do Termo de Eliminação Documental por servidor responsável e empresa conforme disposições da Resolução CONARQ nº 40/2014, Resolução CONAMA nº 316/2002 (incineração) e Lei nº 12.305/2010 (PNRS).



Prefeitura Municipal de Várzea Alegre – CE
Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Trabalho

4) Inserção de Arquivos em Sistema GED e Treinamento de pessoal

- Inserção de arquivos em sistema GED e treinamento de pessoal.
- Inclusão, organização e armazenamento de documentos digitais em sistema de Gerenciamento Eletrônico de Documentos (GED), de forma estruturada e padronizada;
- Indexação por metadados;
- Classificação documental;
- Aplicação de critérios de segurança;
- Controle de acesso;
- Capacitação técnica dos servidores e colaboradores designados pela administração.

5) Suporte Operacional e Acompanhamento Técnico do Acervo Digitalizado

- Apoio técnico remoto aos usuários do sistema GED;
- Verificação e correção de eventuais inconsistências nos documentos digitalizados;
- Ajustes em classificações, metadados e indexações de documentos;
- Suporte na organização lógica de documentos digitalizados no ambiente virtual;
- Atualizações estruturais não invasivas no sistema GED;
- Geração de relatório técnico mensal, com registro das atividades executadas, em formato digital;
- Recomendações técnicas para manutenção da integridade e acessibilidade do acervo digital;
- Atendimento de eventuais chamados de suporte relacionados ao GED ou ao acervo digitalizado.

1.1.1.3 - A execução presencial dos serviços de catalogação, organização, higienização e digitalização do acervo documental da Secretaria de Assistência Social, Segurança Alimentar e Trabalho do Município de Várzea Alegre/CE é indispensável, considerando que tais atividades exigem o manuseio direto de documentos físicos, muitos deles sensíveis ou em estado de conservação variável. Etapas como higienização, triagem e catalogação demandam intervenção técnica in loco, garantindo a correta classificação, preservação e definição de critérios de arquivamento ou descarte.

1.1.1.4 - Além disso, a digitalização e inserção dos documentos em sistema de gerenciamento eletrônico (GED) requerem conferência simultânea entre o material físico e digital, assegurando integridade e rastreabilidade. O descarte seguro, inclusive com incineração conforme a legislação, também exige acompanhamento presencial. Dessa forma, a execução in loco garante maior controle, eficiência, segurança da informação e conformidade com as normas de gestão documental.

1.2 - O período documental a ser catalogado no Município de Várzea Alegre deve ser definido com base em critérios técnicos de gestão documental, legislação arquivística e interesse administrativo. De forma geral, recomenda-se contemplar:

- **Acervo ativo e corrente:** documentos em uso frequente pelas unidades administrativas, indispensáveis para a execução das atividades atuais da Secretaria;
- **Acervo intermediário:** documentos que já cumpriram sua função imediata, mas que ainda possuem valor administrativo, legal ou fiscal;
- **Acervo permanente:** documentos de valor histórico, probatório e informativo, que devem ser preservados definitivamente.

1.2.1 - Para fins de organização e modernização administrativa, o trabalho abrangerá **todo o acervo existente**, incluindo documentos acumulados ao longo dos últimos anos que ainda não passaram por tratamento arquivístico adequado.



Prefeitura Municipal de Várzea Alegre – CE
Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Trabalho

1.2.2 - A definição final do período deverá considerar o volume documental, garantindo a correta destinação (guarda, digitalização ou descarte) conforme a legislação vigente.

1.3 - O futuro contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

1.4 - A estimativa aqui apresentada é resultado de pesquisa de preços, com objetivo de identificar os preços praticados no mercado no período da contratação. Para tanto, buscou-se atender ao disposto na Instrução Normativa da SEGES nº 65/2021, a qual versa sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços, resultando em um **Valor Previsto para Contratação de R\$ 58.950,00 (cinquenta e oito mil novecentos e cinquenta reais), considerado o menor valor entre as pesquisas**, conforme mapa comparativo de preços anexado aos autos do processo.

1.5 - Para dar início ao presente processo administrativo, o Município de Várzea Alegre, através da Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Trabalhos e do Setor Competente, procedeu à cotação de preços obtendo o valor estimado para contratação.

1.6 - Os valores estimados da futura contratação direta estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado, conforme exige o art. 23 da Lei Federal nº 14.133/21.

1.7 - Dado que o(s) serviço(s) pretendido(s) possui(em) a natureza de serviço comum, uma vez que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, poderá(ão) ser fornecido(s) por meio de Pregão, conforme disposto no Art. 29 da Lei Federal nº 14.133/2021, entretanto, ainda que não haja legalmente um valor mínimo para a realização de Pregão, no caso presente, o baixo valor da contratação e a economicidade processual, ensejam que a contratação se dê por Dispensa de Licitação com fundamento no inciso II do caput do Art. 75 da Lei Federal nº 14.133/2021 (grifamos):

Art. 75. É dispensável a licitação:

II - Para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras - (atualizado por Decretos Posteriores*).

*Decreto nº 12.807, de 29 de dezembro de 2025

Art. 1º Ficam atualizados os valores estabelecidos na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, na forma do Anexo.

*Anexo: Art. 75, *caput*, inciso II - R\$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos)

1.8 - Assim, visto que a presente contratação se enquadra nos moldes do contido no artigo 75, II da Lei Federal nº 14.133/2021 (atualizado por Decretos Posteriores), devido ao baixo valor e ao bem da economia processual, a presente contratação se dará por Dispensa de Licitação.

1.9 - A Proposta de preços poderá ser anexada/apresentada conforme modelo constante no Anexo II, na forma e no conteúdo das exigências do Aviso de Dispensa de Licitação e seus Anexos.



Prefeitura Municipal de Várzea Alegre – CE
Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Trabalho

2 - DA FUNDAMENTAÇÃO E DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 - A contratação será realizada nos termos do inciso II do Artigo 75 da Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 324, de 27 de março de 2023, enquadrando-se, como dispensa de licitação, com limite de valor.

2.2 - Será considerado vencedor do procedimento a(s) empresa(s) que apresentar o **menor valor global** cotado para a prestação dos serviços.

2.3 - O presente caso será precedido de divulgação do aviso da dispensa de licitação em sítio eletrônico oficial – Portal Nacional das Contratações Públicas – PNCP, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, inclusive das empresas que já apresentaram orçamentos, se for o caso, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa, nos termos do art. 75, § 3º, da Lei n. 14.133/2021.

2.4 - A Secretaria de Assistência Social, Segurança Alimentar e Trabalho do Município de Várzea Alegre/CE dispõe de um acervo documental significativo, composto por registros físicos acumulados ao longo do tempo, muitos dos quais ainda não passaram por processos adequados de organização, catalogação, higienização e digitalização. Essa realidade dificulta o acesso às informações, compromete a eficiência administrativa e pode colocar em risco a integridade e a preservação dos documentos.

2.5 - A ausência de um tratamento técnico adequado do acervo documental gera dificuldades na localização de informações, morosidade no atendimento às demandas internas e externas, além de fragilidades no controle e na gestão dos documentos públicos. Ademais, a inexistência de um sistema estruturado de digitalização e gerenciamento eletrônico de documentos (GED) limita a modernização administrativa e o acesso seguro e rápido às informações.

2.6 - Nesse contexto, torna-se necessária a contratação de empresa especializada para execução de serviços técnicos de catalogação, organização, higienização, digitalização dos documentos físicos ainda não digitalizados, bem como para a realização do descarte seguro de documentos conforme a legislação vigente e a inserção dos arquivos digitalizados em sistema de gerenciamento eletrônico.

2.7 - A contratação visa garantir a adequada organização do acervo documental, promover a preservação das informações, facilitar o acesso aos documentos, aumentar a eficiência administrativa e assegurar o cumprimento das normas legais relativas à gestão documental e à segurança da informação, contribuindo para a melhoria dos serviços prestados pela Secretaria à população.

2.8 - Ressalta-se que a Secretaria não dispõe de estrutura técnica própria, equipamentos específicos nem profissionais qualificados em seu quadro funcional para executar, de forma contínua e especializada, os serviços necessários, o que inviabiliza a execução direta pela Administração.

2.9 - Dessa forma, a contratação de empresa especializada mostra-se a **solução mais eficiente, econômica e vantajosa**, assegurando a adequada conservação da massa documental, a continuidade dos serviços e a observância dos princípios da **eficiência, economicidade, continuidade do serviço público e interesse público**, conforme preconiza a legislação vigente.

3 - DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1 - Para atender à necessidade de manutenção da frota de veículos, máquinas pesadas e implementos agrícolas pertencentes à Secretaria de Assistência Social, Segurança Alimentar e Trabalhos do Município de Várzea Alegre/CE, a solução adotada consiste na **contratação de empresa especializada** na prestação de serviços de catalogação, organização, higienização, digitalização de arquivos físicos ainda não digitalizados, descarte seguro com incineração de documentos conforme legislação vigente, inserção dos arquivos digitalizados em sistema de gerenciamento (GED), conforme especificações técnicas e recomendações dos fabricantes.



Prefeitura Municipal de Várzea Alegre – CE
Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Trabalho

3.2 - A empresa contratada deverá prestar os **serviços exclusivamente na forma presencial na sede da secretaria ou em local devidamente indicado pela contratante, incluindo mão de obra e equipamentos necessários a boa execução dos trabalhos.**

3.3 - A solução proposta prevê a execução dos serviços **sob demanda**, de acordo com as necessidades identificadas pela Administração, mediante autorização prévia, assegurando agilidade no atendimento, redução do tempo de inatividade dos equipamentos e maior controle dos custos, sem prejuízo da qualidade dos serviços prestados.

3.4 - A utilização de peças e acessórios novos, originais ou equivalentes genuínos, com garantia e procedência comprovada, visa preservar as características técnicas dos veículos, máquinas e implementos, prolongando sua vida útil e reduzindo a reincidência de falhas.

3.5 - Dessa forma, a contratação de empresa especializada apresenta-se como a **alternativa mais adequada, eficiente e economicamente viável**, permitindo à Administração Pública concentrar-se em suas atividades finalísticas, ao mesmo tempo em que assegura a continuidade dos serviços essenciais prestados à população, em observância aos princípios da **eficiência, economicidade, planejamento e interesse público.**

3.6 - Para a contratação dos serviços objeto do presente, deve-se observar o critério de julgamento objetivo das propostas, selecionando a que for mais vantajosa para a Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Trabalhos, correspondente a de Menor Valor Global.

4 - DA JUSTIFICATIVA PARA O NÃO PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO

4.1 - A opção pelo **não parcelamento da solução** justifica-se pela **natureza integrada e complementar dos serviços** a serem contratados, os quais envolvem a **manutenção preventiva e corretiva da frota**, com fornecimento simultâneo de **mão de obra especializada e reposição de peças e acessórios**, exigindo atuação coordenada, responsabilidade técnica única e padronização dos procedimentos executados.

4.2 - O parcelamento do objeto, seja por tipo de veículo, máquina ou fornecimento separado de peças e serviços, poderia comprometer a **eficiência operacional**, dificultar a identificação de responsabilidades, gerar conflitos técnicos entre fornecedores distintos e aumentar o risco de falhas na execução dos serviços, além de ocasionar atrasos no atendimento e maior tempo de indisponibilidade da frota.

4.3 - Ressalta-se, ainda, que a contratação de um único fornecedor permite maior controle técnico e administrativo, garantindo a compatibilidade entre peças e serviços executados, bem como a responsabilização integral pela qualidade, garantia e desempenho dos reparos realizados.

4.4 - Do ponto de vista econômico, o parcelamento poderia resultar em **elevação de custos**, seja pelo aumento de despesas administrativas, logística de fornecimento de peças, repetição de procedimentos de diagnóstico ou perda de economia de escala, tornando a contratação menos vantajosa para a Administração Pública.

Ademais, a gestão contratual unificada contribui para a agilidade na execução, melhor planejamento das manutenções, padronização dos atendimentos e otimização dos recursos públicos, atendendo aos princípios da **eficiência, economicidade, continuidade do serviço público e interesse público**, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021.

4.5 - Dessa forma, conclui-se que o **não parcelamento da solução** mostra-se tecnicamente adequado e administrativamente vantajoso, não restringindo a competitividade, mas assegurando a **qualidade, celeridade e efetividade** dos serviços a serem prestados.

4.6 - Adjudicação será por **Menor Valor Global**, e o parcelamento não será adotado por se tratar de contratação direta por Dispensa de Licitação, em relação à comercialização do serviço, Contratação Direta - Lei 14.133/2021, está contratação diz respeito a serviços de natureza indivisível, ficando justificado o não parcelamento da solução.



Prefeitura Municipal de Várzea Alegre – CE
Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Trabalho

5 - DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1 - Os serviços de catalogação, organização, higienização, digitalização de arquivos físicos ainda não digitalizados, descarte seguro com incineração de documentos conforme legislação vigente, inserção dos arquivos digitalizados em sistema de gerenciamento (GED), do acervo documental da Secretaria de Assistência Social, Segurança Alimentar e Trabalhos do Município de Várzea Alegre/CE.

5.2 - A essencialidade dos serviços decorre do fato de que a adequada gestão do acervo documental é fundamental para o funcionamento eficiente da Administração Pública, garantindo a organização, preservação e acesso às informações necessárias ao desenvolvimento das atividades institucionais. A ausência de tratamento técnico dos documentos compromete a localização de informações, a tomada de decisões e o atendimento às demandas internas e externas.

5.2.1 - Além disso, os serviços são indispensáveis para assegurar a conformidade com as normas legais e arquivísticas, promover a segurança da informação e evitar riscos relacionados à perda, deterioração ou uso inadequado de documentos públicos. Dessa forma, a execução desses serviços contribui diretamente para a modernização administrativa, transparência e melhoria da qualidade dos serviços prestados à população.

5.3 - A não caracterização dos serviços como permanentes e previsíveis justifica-se pelo fato de que o objeto da contratação está diretamente relacionado à necessidade de tratamento de um passivo documental acumulado, decorrente da ausência de organização, catalogação e digitalização adequada ao longo do tempo. Trata-se, portanto, de uma demanda específica e excepcional, que visa regularizar e estruturar o acervo existente.

5.4 - Os serviços envolvem atividades como higienização, classificação, digitalização, inserção em sistema GED e descarte técnico de documentos, as quais possuem caráter técnico especializado e são executadas de forma concentrada, com objetivo definido e prazo delimitado. Após a conclusão dessas etapas, a gestão documental passa a integrar a rotina administrativa regular do órgão, não demandando a continuidade da mesma estrutura contratada.

5.5 - Dessa forma, a contratação não se destina à manutenção contínua de atividades administrativas ordinárias, mas sim à execução de um conjunto de ações corretivas e estruturantes, o que evidencia seu caráter temporário, não permanente e não previsível, afastando sua natureza de serviço contínuo..

5.6 - Devido aos valores da contratação, o objeto poderá ser contratado mediante dispensa de licitação com fundamento no artigo 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021.

5.7 - Sustentabilidade: Atender às exigências determinadas pelo Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

5.8 - A Contratada deverá estar com todas as suas obrigações trabalhistas e fiscais regulares de acordo com as normas estabelecidas pelas esferas Federal, Estadual e Municipal.

5.9 - Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5.10 - Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

6 - DO MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL E DO DETALHAMENTO DO OBJETO

6.1 - O Início da execução do objeto será após assinatura do contrato.

6.2 - A Contratada se obriga a cumprir todas as condições e prazo fixados pela CONTRATANTE, assim como a observar, atender, respeitar, cumprir e fazer cumprir a legislação aplicável e a favorecer e garantir a qualidade do objeto, conforme detalhamento dos serviços especificados no subitem 1.1.1.

7 - DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1 - O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2 - Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.



Prefeitura Municipal de Várzea Alegre – CE
Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Trabalho

7.3 - As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4 - O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato

7.5 - A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

7.6 - O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no mesmo, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

7.6.1 - O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do mesmo, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

7.6.2 - Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para o feito.

7.6.3 - O fiscal informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.6.4 - No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.7 - O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelo(s) fiscal(is) do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência.

7.8 - O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

7.8.1 - Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

7.9 - O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato, contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento, a exemplo da ordem de serviço/compra, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.9.1 - O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.9.2 - O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela contratada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.9.3 - O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7.10 - O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

7.11 - A contratada deverá manter preposto aceito pela Administração para representá-la na execução do contrato.

7.11.1 - A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.



Prefeitura Municipal de Várzea Alegre – CE
Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Trabalho

8 - DO PAGAMENTO

8.1 - Preço

8.1.1 - O valor previsto para a futura contratação é de R\$ 58.950,00 (cinquenta e oito mil novecentos e cinquenta reais), conforme mapa comparativo de preços anexado aos autos do processo

8.1.2 – Cronograma físico-financeiro:

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR	MÊS 1	MÊS 2	MÊS 3	MÊS 4	MÊS 5	MÊS 6	TOTAL PARCELA
1	Levantamento Técnico e Diagnóstico Arquivístico Inicial	R\$ 7.000,00	100%						100%
			R\$ 7.000,00						R\$ 7.000,00
2	Organização, Higienização e Digitalização dos Documentos Físicos	R\$ 20.000,00	50%	50%					100%
			R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00					R\$ 20.000,00
3	Descarte Seguro e Incineração de Documentos com Baixa de Guarda	R\$ 6.950,00			100%				100%
					R\$ 6.950,00				R\$ 6.950,00
4	Inserção de Arquivos em Sistema GED e Treinamento de pessoal	R\$ 4.000,00		100%					100%
				R\$ 4.000,00					R\$ 4.000,00
5	Suporte Operacional e Acompanhamento Técnico do Acervo Digitalizado	R\$ 21.000,00	16,667%	16,667%	16,667%	16,667%	16,667%	16,667%	100%
			R\$ 3.500,00	R\$ 3.500,00	R\$ 3.500,00	R\$ 3.500,00	R\$ 3.500,00	R\$ 3.500,00	R\$ 21.000,00
		R\$ 58.950,00	R\$ 20.500,00	R\$ 17.500,00	R\$ 10.450,00	R\$ 3.500,00	R\$ 3.500,00	R\$ 3.500,00	R\$ 58.950,00
			R\$ 20.500,00	R\$ 17.500,00	R\$ 10.450,00	R\$ 3.500,00	R\$ 3.500,00	R\$ 3.500,00	

8.1.2 - No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

8.2 - Forma de Pagamento

8.2.1 - O pagamento será realizado conforme execução dos serviços detalhada no cronograma físico-financeiro, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela contratada.

8.2.2 - Será considerado a data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.3 - Prazo de Pagamento

8.3.1 - O pagamento será efetuado conforme execução dos serviços detalhada no cronograma físico-financeiro, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

8.3.2 - Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

8.4 - Condições de Pagamento

8.4.1 - A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento.

8.4.2 - O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- o prazo de validade;
- a data da emissão;
- os dados do contrato e do órgão contratante;
- o período respectivo de execução do contrato;
- o valor a pagar; e
- eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.



Prefeitura Municipal de Várzea Alegre – CE
Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Trabalho

8.4.3 - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante;

8.4.4 - A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

8.4.5 - Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas na contratação;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.4.6 - Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

8.4.7 - Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.4.8 - Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

8.4.9 - Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação.

8.4.10 - Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.4.10.1 - Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.4.11 - A contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9 – DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1 - O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei n.º 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de menor preço global.

9.2 - Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- a) - SICAF;
- b) - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c) - Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

9.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática



Prefeitura Municipal de Várzea Alegre – CE
Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Trabalho

de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.4. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.5 - A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.6 - Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

9.7 - É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

9.8 - Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.9 - Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.10 - Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação, conforme disciplinado no Aviso de Contratação Direta.

10 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1 - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o futuro contrato;

10.2 - Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do futuro contrato;

10.3 - Notificar a Contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

10.4 - Acompanhar e fiscalizar a execução do futuro contrato e o cumprimento das obrigações pela Contratada;

10.5 - Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme Art. 143, da Lei nº 14.133/2021;

10.6 - Efetuar o pagamento à Contratada do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos neste Termo de Referência e no futuro Contrato;

10.7 - Aplicar à Contratada as sanções previstas na lei e no futuro Contrato;

10.8 - Cientificar o Órgão competente para adoção das medidas cabíveis, quando do descumprimento de obrigações pela Contratada;

10.9 - Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

10.9.1 - A Administração terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento, para decidir, admitida a prorrogação por igual período, quando motivada;

10.10 - Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela contratada, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis;

10.11 - A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados

10.12 - Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:

10.12.1 - Exercer o poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados;



Prefeitura Municipal de Várzea Alegre – CE
Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Trabalho

- 10.12.2 - Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas contratadas;
- 10.12.3 - Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da CONTRATADA, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
- 10.12.4 - Considerar os trabalhadores da CONTRATADA como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação.

11 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 11.1 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 11.2 - **Executar os serviços conforme especificações do Aviso de Dispensa de Licitação e seus Anexos e de sua proposta**, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;
- 11.3 - Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 11.4 - Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 11.5 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 11.6 - Entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital e Municipal do domicílio ou sede da contratada; 4) Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;
- 11.7 - Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 11.8 - Comunicar ao Fiscal do contrato, em tempo hábil, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;
- 11.9 - Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 11.10 - Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação;
- 11.11 - Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 11.12 - Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 11.13 - Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 11.14 - Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;



Prefeitura Municipal de Várzea Alegre – CE
Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Trabalho

11.15 - Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

11.16 - Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas do contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;]

11.17 - Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução do futuro contrato;

11.18 - Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos;

11.19 - Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

11.20 - Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

12 - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 - Comete infração administrativa, nos termos da lei, o concorrente que, com dolo ou culpa:

12.1.1 - Deixar de entregar a documentação exigida para o processo ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo(a) Administração durante o procedimento;

12.1.2 - Salvo em decorrência de fato superveniente, devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

a) Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

b) Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

c) Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

d) Deixar de apresentar amostra, quando for o caso;

e) Apresentar proposta em desacordo com as especificações do instrumento convocatório;

12.1.3 - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1 - Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou, quando for o caso a ata de registro de preço, ou ainda aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4 - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o processo ou prestar declaração falsa durante o trâmite;

12.1.5 - Fraudar o processo;

12.1.6 - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

a) Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

b) Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

c) Apresentar amostra falsificada ou deteriorada, no caso de solicitação de amostras;

12.1.7 - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do processo;

12.1.8 - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013;

12.2 - Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos concorrentes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1 - Advertência;

12.2.2 - Multa;

12.2.3 - Impedimento de licitar e contratar e;



Prefeitura Municipal de Várzea Alegre – CE
Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Trabalho

12.2.4 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3 - Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1 - A natureza e a gravidade da infração cometida;

12.3.2 - As peculiaridades do caso concreto;

12.3.3 - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.3.4 - Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.3.5 - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4 - A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

12.4.1 - Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato.

12.4.2 - Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato.

12.5 - As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6 - Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7 - A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8 - Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

12.9 - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3.1., caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora do procedimento, quando tiver sido exigida, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME nº 73, de 2022.

12.10 - A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores públicos pertencentes aos seus quadros permanentes, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11 - Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12 - Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.



Prefeitura Municipal de Várzea Alegre – CE
Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Trabalho

12.13 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14 - A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 - As despesas do futuro contrato correrão por conta de recursos próprios, previstos na seguinte dotação orçamentária: 16.01 – 08.244.0037.2.080.0000 – Elemento de Despesas: 3.3.90.39.00

14 - DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

14.1 - Considerando a baixa complexidade do objeto e o baixo valor a ser contratado, não havendo necessidade de requisitos complementares, pactuação de níveis de serviço ou análise mais detida quanto à existência de soluções alternativas, foi dispensada da instrução a elaboração de Estudos Técnicos Preliminares.

14.2 - Lembramos ainda que o Município de Várzea Alegre/CE, regulamentou através do Decreto nº 324/2023 de 27 de março de 2023, que trata sobre a elaboração de Estudos Técnicos Preliminares - ETP, para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito Municipal, sobre o ETP, em seu art. 13, inciso I, faculta a realização de estudos técnicos preliminares nos casos de dispensa de licitação por baixo valor, conforme previsto no Art. 75, incisos I e II da Lei Federal nº 14.133/2021.

Decreto nº 324/2023 de 27 de março de 2023.

Art. 13. Em âmbito municipal, a elaboração do Estudo Técnico Preliminar será:

I - facultada nas hipóteses dos incisos I, II, VII e VIII do art. 75 e do § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021;

14.3 - Assim diante do fato da lei facultar a elaboração do ETP nos casos de dispensa de licitação, da baixa complexidade do objeto e do valor, foi dispensado o estudo técnico preliminar no presente caso.

15 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 - Poderá o Município de Várzea Alegre, através da Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Trabalho, revogar o presente Processo, no todo ou em parte, por conveniência administrativa e interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente justificado.

15.2 - O Município de Várzea Alegre, através da Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Trabalhos, deverá anular o presente Processo, no todo ou em parte, sempre que acontecer ilegalidade, de ofício ou por provocação.

15.3 - A anulação do Processo não gera direito à indenização, ressalvada o disposto no parágrafo único do Art. 71 da Lei Federal nº. 14.133/21.

15.4 - Após a fase de classificação das propostas, não cabe desistência da mesma, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Administração.

15.5 - Em caso de manifestação de desistência do fornecedor, fica caracterizado descumprimento total da(s) obrigação(ões) assumida(s), sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta, caso haja, em favor do órgão ou entidade promotora, conforme estabelecido no Art. 90, § 5º, da Lei Federal nº 14.133/2021.



Prefeitura Municipal de Várzea Alegre – CE
Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Trabalho

15.6 - Salientamos que se porventura alguma situação não prevista neste Instrumento ocorrer, todas as consequências de sua existência serão regidas pela Lei Federal nº 14.133/2021

16 - DO FORO

16.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Várzea Alegre/CE para dirimir os litígios que decorrerem da execução do futuro Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133/21.

Várzea Alegre/CE, 01 de abril de 2026.

Syene Cavalcante Siebra Leite Aquino
Ordenadora de Despesas
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, SEGURANÇA ALIMENTAR E TRABALHOS



Prefeitura Municipal de Várzea Alegre – CE
Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Trabalho

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS



Prefeitura Municipal de Várzea Alegre – CE
Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Trabalho

PROPOSTA DE PREÇOS

Ao Município de Várzea Alegre, através da Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Trabalhos

Pela presente declaramos inteira submissão aos preceitos legais em vigor, especialmente os da Lei Federal nº. 14.133/2021, bem como às cláusulas e condições do Processo de Dispensa de Licitação nº 2026.04.01.1 – FMAS. Declaramos que não ocorreu fato que nos impeça de participar do mencionado Processo de Dispensa de Licitação.

Declaramos, ainda, que em nossa proposta os valores apresentados englobam todas as despesas com tributos, impostos, contribuições fiscais, parafiscais ou taxas, inclusive, porventura, com serviços de terceiros, que incidam direta ou indiretamente no valor dos produtos/materiais cotados que venham a onerar o objeto desta contratação.

Assumimos o compromisso de bem e fielmente executar os serviços especificados no Anexo I, caso sejamos vencedores do presente Processo de Dispensa de Licitação.

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de catalogação, organização, higienização, digitalização de arquivos físicos ainda não digitalizados, descarte seguro com incineração de documentos conforme legislação vigente, inserção dos arquivos digitalizados em sistema de gerenciamento (GED), do acervo documental da Secretaria de Assistência Social, Segurança Alimentar e Trabalhos do Município de Várzea Alegre/CE, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, segundo as descrições do quadro abaixo:

Lote Único

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
1	Levantamento Técnico e Diagnóstico Arquivístico Inicial: Levantamento técnico e diagnóstico arquivístico inicial - Apresentação de relatório técnico de diagnóstico contendo: - Tipologia documental; - Volume estimado (em metros lineares), ou outra unidade que melhor se encaixe a situação in loco; - Se haverá necessidade de aquisição de prateleiras ou outras mobílias. - Grau de conservação e higienização;	1	Serviço		
2	Organização, Higienização e Digitalização dos Documentos Físicos: Organização, higienização e digitalização dos documentos físicos - classificação conforme a tabela de temporalidade documental vigente; separação por tipologia e grau de acesso; identificação de documentos com códigos únicos por unidade documental; acondicionamento em caixas padronizadas e numeradas. - Higienização mecânica: limpeza sem produtos químicos: métodos não abrasivos; separação de documentos danificados, com elaboração de relatório. - Digitalização: preferencialmente em formato PDF/A ou TIFF; digitalização em frente e verso, quando aplicável (modo duplex); geração de imagens legíveis, com verificação de qualidade (OCR Opcional); certificação digital padrão ICP-Brasil, se aplicável (lei nº 12.682/2012 e decreto nº 10.278/2020); indexação por tipo documental, data, partes envolvidas e número de processo; registro de Hash e Logs de digitalização para controle de integridade (se viável)	1	Serviço		
3	Descarte Seguro e Incineração de Documentos com Baixa de Guarda: Descarte seguro e incineração de documentos com baixa de guarda - lista de eliminação documental conforme tabela de temporalidade; incineração realizada por empresa licenciada ambientalmente (apresentar licença vigente); emissão de certificado de destruição com laudo fotográfico; assinatura do termo	1	Serviço		



Prefeitura Municipal de Várzea Alegre – CE
Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Trabalho

	de eliminação documental por servidor responsável e empresa, conforme disposições da resolução CONARQ n° 40/2014; Resolução CONAMA n° 316/2002 (Incineração); lei n° 12.305/2010 (PNRS).				
4	Inserção de Arquivos em Sistema GED e Treinamento de pessoal: Inserção de arquivos em sistema GED e treinamento de pessoal. - inclusão, organização e armazenamento de documentos digitais em sistema de Gerenciamento Eletrônico de Documentos (GED), de forma estruturada e padronizada, contemplando a indexação por metadados, classificação documental, aplicação de critérios de segurança, controle de acesso, versionamento e rastreabilidade, assegurando a integridade, autenticidade, disponibilidade e recuperação eficiente das informações, em conformidade com a legislação vigente e as normas arquivísticas aplicáveis e capacitação técnica dos servidores e colaboradores designados pela administração, visando à correta utilização do sistema GED e dos procedimentos operacionais relacionados à gestão documental digital, abrangendo a navegação no sistema, inserção, consulta, atualização, preservação, segurança da informação e boas práticas arquivísticas, de modo a garantir autonomia operacional, eficiência no uso da ferramenta e continuidade dos serviços após a implantação;	1	Serviço		
5	Suporte Operacional e Acompanhamento Técnico do Acervo Digitalizado: Suporte operacional e acompanhamento técnico do acervo digitalizado - apoio técnico remoto aos usuários do sistema GED; verificação e correção de eventuais inconsistências nos documentos digitalizados; ajustes em classificações, metadados e indexações de documentos; suporte na organização lógica de documentos digitalizados no ambiente virtual; atualizações estruturais não invasivas no sistema GED; geração de relatório técnico mensal, com registro das atividades executadas, em formato digital; recomendações técnicas para manutenção da integridade e acessibilidade do acervo digital; atendimento de eventuais chamados de suporte relacionados ao GED ou ao acervo digitalizado	1	Serviço		
				TOTAL	

O valor total da proposta é de R\$ (.....).

Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias.

IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA/PESSOA FÍSICA

Empresa:
CNPJ/CPF:
Endereço:
Cidade:
Telefone: e-mail:

INDICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PARA ASSINATURA DO CONTRATO

Representante Legal:
CPF:
Telefone: e-mail:

DADOS BANCÁRIOS

Banco:
Agência:
Conta para depósito:
Titular:



Prefeitura Municipal de Várzea Alegre – CE
Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Trabalho

Data:

.....
Assinatura do Proponente



Prefeitura Municipal de Várzea Alegre – CE
Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Trabalho

ANEXO III

MODELO DECLARAÇÕES



Prefeitura Municipal de Várzea Alegre – CE
Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Trabalho

DECLARAÇÕES

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 2026.04.01.1 – FMAS.

A empresa/pessoa física, inscrita no CNPJ (M.F.) sob o nº, por intermédio do seu representante legal, o Sr(a)..... portador(a) da Carteira de identidade nº e CPF nº, DECLARA que:

- a) A proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes;
- b) Não possui em seu quadro de pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII, do Art. 7º da Constituição Federal;
- c) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- d) Atende aos requisitos de habilitação, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

Local e data

.....
(Assinatura e Carimbo CNPJ)

(PREFERENCIALMENTE EM PAPEL TIMBRADO DO PROPONENTE)



Prefeitura Municipal de Várzea Alegre – CE
Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Trabalho

ANEXO IV

MINUTA DO CONTRATO



Prefeitura Municipal de Várzea Alegre – CE
Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Trabalho

MINUTA – CONTRATO Nº.....

Contrato que entre si fazem o Município de Várzea Alegre, através da Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Trabalho e a empresa, para o fim que nele se declara.

O Município de Várzea Alegre, Estado do Ceará, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 07.539.273/0001-58, através do **Fundo Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Trabalhos, inscrita no CNPJ nº**, neste ato representado por seu (sua) Ordenador(a) de Despesas, o(a) Sr(a)., residente e domiciliado na Cidade de Várzea Alegre/CE, apenas denominado de CONTRATANTE, e de outro lado, estabelecida na, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º, neste ato representada por, portador(a) do CPF nº, apenas denominada de CONTRATADA, resolvem firmar o presente Contrato, oriundo do Processo de **Dispensa de Licitação nº 2026.04.01.1 - FMAS**, em conformidade com as disposições contidas na Lei Federal nº. 14.133, 01 de abril de 2021, mediante as cláusulas e condições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.1 - Conforme as prescrições do artigo 75, Inciso II, da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislação aplicável, devidamente homologado/autorizado pelo(a) Sr(a)., Ordenador(a) de Despesas da Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Trabalhos.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1 - O presente Instrumento tem por objeto a **contratação para o fornecimento de serviços técnicos especializados a serem prestados em assessoria, nas áreas de planejamento estratégico governamental, monitoramento de metas e indicadores de gestão, acompanhamento e avaliação de programas e projetos prioritários, elaboração de relatórios técnicos e gerenciais, bem como apoio técnico à tomada de decisão administrativa, através da Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Trabalhos do Município de Várzea Alegre – CE**, na forma discriminada no quadro abaixo:

Item	Especificação	Unid.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
01	XXXXXXXXXXXXXX	XX	Xx		
Total					

2.2 - São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

2.2.1 - O Termo de Referência que embasou a contratação;

2.2.2 - O Aviso de Dispensa de Licitação;

2.2.3 - A Proposta da Contratada;

2.2.4 - Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

3.1 - O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA QUARTA - DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

4.1 - O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, vinculado a este Contrato.



Prefeitura Municipal de Várzea Alegre – CE
Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Trabalho

CLÁUSULA QUINTA - DA SUBCONTRATAÇÃO

5.1 - Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA SEXTA - DA ORIGEM DOS RECURSOS

6.1 - As despesas deste Contrato correrão por conta de recursos próprios, previstos na seguinte Dotação Orçamentária:

Órgão	Unid. Orç.	Projeto/Atividade	Elemento de Despesa
....

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO

7.1 - Preço

7.1.1 - O valor total estimado da contratação é de R\$ _____ (_____).

7.1.2 - No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

7.2 - Forma de Pagamento

7.2.1 - O pagamento será realizado conforme execução dos serviços detalhada no cronograma físico-financeiro, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela contratada.

7.2.2 - Será considerado a data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.3 - Prazo de Pagamento

7.3.1 - O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

7.3.2 - Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

7.4 - Condições de Pagamento

7.4.1 - A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento.

7.4.2 - O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.4.3 - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante;

7.4.4 - A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.4.5 - Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas na contratação;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.4.6 - Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

7.4.7 - Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de



Prefeitura Municipal de Várzea Alegre – CE
Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Trabalho

pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.4.8 - Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

7.4.9 - Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação.

7.4.10 - Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.4.10.1 - Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.4.11 - A contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CLÁUSULA OITAVA - DO REAJUSTE E DO REESTABELECIMENTO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

8.1 - Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

8.2 - Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.3 - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.4 - No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a contratante pagará à contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

8.5 - Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

8.6 - Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação em vigor.

8.7 - Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.8 - O reajuste será realizado por apostilamento, conforme previsão do Art. 136, da Lei 14.133/2021.

8.9 - Poderá ser reestabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da contratada e a retribuição da Administração para a justa remuneração do fornecimento, desde que objetivando o reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, nos termos do Art. 124, Inciso II, alínea “d” da Lei 14.133/2021, devendo ser formalizado através de ato administrativo.

8.10 - O pedido de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1 - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o presente contrato;

9.2 - Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do presente contrato;

9.3 - Notificar a Contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

9.4 - Acompanhar e fiscalizar a execução do presente contrato e o cumprimento das obrigações pela Contratada;

9.5 - Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme Art. 143, da Lei nº 14.133/2021;

9.6 - Efetuar o pagamento à Contratada do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e no presente Contrato;

9.7 - Aplicar à Contratada as sanções previstas na lei e no presente Contrato;



Prefeitura Municipal de Várzea Alegre – CE
Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Trabalho

- 9.8 - Cientificar o Órgão competente para adoção das medidas cabíveis, quando do descumprimento de obrigações pela Contratada;
- 9.9 - Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- 9.9.1 - A Administração terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento, para decidir, admitida a prorrogação por igual período, quando motivada;
- 9.10 - Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela contratada, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis;
- 9.11 - A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados
- 9.12 - Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:
- 9.12.1 - Exercer o poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados;
- 9.12.2 - Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas contratadas;
- 9.12.3 - Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da CONTRATADA, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
- 9.12.4 - Considerar os trabalhadores da CONTRATADA como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 10.1 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 10.2 - Executar os serviços conforme especificações do Aviso de Dispensa de Licitação e seus Anexos e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;
- 10.3 - Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 10.4 - Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 10.5 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 10.6 - Entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital e Municipal do domicílio ou sede da contratada; 4) Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;
- 10.7 - Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 10.8 - Comunicar ao Fiscal do contrato, em tempo hábil, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;
- 10.9 - Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 10.10 - Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação;



Prefeitura Municipal de Várzea Alegre – CE
Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Trabalho

- 10.11 - Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 10.12 - Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 10.13 - Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 10.14 - Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 10.15 - Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 10.16 - Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas do contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 10.17 - Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução do futuro contrato;
- 10.18 - Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos;
- 10.19 - Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 10.20 - Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 11.1 - Comete infração administrativa, nos termos da lei, o contratado que, com dolo ou culpa:
- 11.1.1 - Deixar de entregar a documentação exigida para o processo ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo(a) Administração durante o procedimento;
- 11.1.2 - Salvo em decorrência de fato superveniente, devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
- Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
 - Deixar de apresentar amostra, quando for o caso;
 - Apresentar proposta em desacordo com as especificações do instrumento convocatório;
- 11.1.3 - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 11.1.3.1 - Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou, quando for o caso a ata de registro de preço, ou ainda aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 11.1.4 - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o processo ou prestar declaração falsa durante o trâmite;
- 11.1.5 - Fraudar o processo;
- 11.1.6 - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - Apresentar amostra falsificada ou deteriorada, no caso de solicitação de amostras;
- 11.1.7 - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do processo;
- 11.1.8 - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013;
- 11.2 - Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos concorrentes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 11.2.1 - Advertência;
- 11.2.2 - Multa;



Prefeitura Municipal de Várzea Alegre – CE
Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Trabalho

- 11.2.3 - Impedimento de licitar e contratar e;
- 11.2.4 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 11.3 - Na aplicação das sanções serão considerados:
- 11.3.1 - A natureza e a gravidade da infração cometida;
- 11.3.2 - As peculiaridades do caso concreto;
- 11.3.3 - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 11.3.4 - Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 11.3.5 - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.4 - A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 11.4.1 - Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato.
- 11.4.2 - Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato.
- 11.5 - As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 11.6 - Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 11.7 - A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 11.8 - Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021.
- 11.9 - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.3.1., caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora do procedimento, quando tiver sido exigida, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME nº 73, de 2022.
- 11.10 - A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores públicos pertencentes aos seus quadros permanentes, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 11.11 - Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 11.12 - Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 11.13 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 11.14 - A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 12.1 - Não haverá exigência de garantia contratual da execução.



Prefeitura Municipal de Várzea Alegre – CE
Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Trabalho

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1 - O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2 - Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.2.1 - Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa da contratada:

a) Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.3 - Constituem motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos presentes autos, as situações previstas no Art. 137, da Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa, com observância às previsões contidas nos artigos 138 e 139 da referida Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS

14.1 - Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

15.1 - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2 - A Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3 - As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo.

15.4 - Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO

16.1 - Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção à Lei nº. 12.527, de 2011.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17.1 - O Foro competente para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato é o da Comarca de Várzea Alegre/CE, sendo este o foro eleito para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Elas celebrado, assinando o mesmo, na presença das testemunhas abaixo, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Várzea Alegre/CE,

.....
CONTRATANTE

.....
CONTRATADA

TESTEMUNHAS: